

PARECER Nº 005579/2024/SEDUC/ASJUR

De: SEDUC/ASJUR

Data: 10/05/2024

Para: SEDUC/CEGAF 12

EMENTA: ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA ELETRÔNICA. DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 75, II, DA LEI Nº. 14.133/2021. VALOR INFERIOR AOS LIMITES LEGAIS. AQUISIÇÃO DE BENS. CABIMENTO. PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.

É dispensável a realização de licitação na forma do art. 75, II, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Estadual nº 35.341, de 09 de março de 2023.

Tendo a contratação atendido aos requisitos de validade e aos preços regulares de mercado, é possível sua celebração na forma apresentada.

Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa a aquisição de bens, para o exercício de 2024, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art. 75 da Lei nº. 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 35.341, de 09 de março de 2023.

Consta nos autos que a necessidade da referida contratação direta, para dispensa de licitação eletrônica, nos moldes do Decreto Estadual nº 35.341, de 09 de março de 2023, foi justificada no Documento de Formalização da Demanda acostado aos autos.

Foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico, na forma do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021, bem como considerando o disposto no art. 1º, II, do Decreto Estadual nº 35.341/23.

É que merece ser relatado. OPINO.

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou

SEDUC - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Edifício Seduc, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora -
Cambeba, Fortaleza - Ceará, 60822-325**

Fone: (85) 31013895 Email: seduc@seduc.ce.gov.br Site: <https://www.seduc.ce.gov.br>

PARECER Nº 005579/2024/SEDUC/ASJUR

De: SEDUC/ASJUR

Data: 10/05/2024

Para: SEDUC/CEGAF 12

determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto Federal nº 11.871/2023, a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Assim, o Decreto Estadual nº 35.341/23, dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº. 14.133/21, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, com a finalidade de dotar de maior transparência os processos de aquisição de menor valor.

O preço máximo total estimado para a aquisição, conforme se extrai do Mapa da Pesquisa de Preço elaborado pelo setor demandante, se apresenta inferior ao limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21. No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente aquisição obedeceu ao art. 29, do Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, mostrando-se satisfatória.

Deve-se ressaltar que os autos contêm a documentação necessária para o respectivo procedimento, tendo em vista, que consta a instrução necessária para atender aos ditames legais e infralegais vigentes. Há que se afirmar, ainda, o fiel cumprimento à legislação que determina a verificação da existência de recursos financeiros prévios ao ato de contratação, quando atendido com a confirmação prévia do crédito orçamentário para suportar tal despesa.

PARECER Nº 005579/2024/SEDUC/ASJUR

De: SEDUC/ASJUR

Data: 10/05/2024

Para: SEDUC/CEGAF 12

Ressalta-se que a ausência do estudo técnico preliminar, encontra-se fundamentada no art. 13, inciso I, do Decreto Estadual nº 35.283/23, que regulamentou a Lei Federal nº 14.133/21 que dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência no âmbito da administração pública do estado do Ceará.

Ante o exposto, nos termos do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021, bem como considerando o disposto no art. 1º, II, do Decreto Estadual nº 35.341/23, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, para a aquisição de bens, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, e encaminha para o gabinete do(a) gestor(a) dessa unidade executora, para apreciação, validação do rol dos documentos descritos no antepenúltimo parágrafo deste parecer e, posterior prosseguimento do feito.

Salvo melhor Juízo. É o PARECER.

Fortaleza, data de assinatura do sistema.

Atenciosamente,

Ana Talita Ferreira Alves
Coordenadora – ASJUR/SEDUC

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **CRISTINA LEMOS SOUZA**, em **10/05/2024, às 14:20** (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **ANA TALITA FERREIRA ALVES**, em **10/05/2024, às 14:08** (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

PARECER N° 005579/2024/SEDUC/ASJUR

De: SEDUC/ASJUR

Data: 10/05/2024

Para: SEDUC/CEGAF 12



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://suite.ce.gov.br/validar-documento>,
informando o código
2BE5-F544-2341-5DB1.